



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
MORRO REUTER - RS

ATA Nº 042/2021

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às dezenove horas reuniu-se a Câmara Municipal de Vereadores de Morro Reuter para a realização de sessão ordinária. A sessão foi aberta sob a presidência do Sr. Guido Dilkin, secretariada pelo Sr. Daniel Theisen, com a presença dos demais vereadores: Sr. Antenor Xavier Weber, Sr<sup>a</sup> Eliane de Oliveira Mello, Sr. Lauri Kaefer, Sr. Léo Agostinho Weiler, Sr. Renaldo Warken, Sr. Tiago Kolling Werner e Sr. Wanderlei Luiz Behling. O **Sr. Presidente** abriu a sessão sob a proteção de Deus. Em seguida colocou em discussão e votação a Ata nº 041/2021, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Após solicitou ao Secretário da Mesa Diretora, Vereador Daniel Theisen para fazer a leitura do **EXPEDIENTE**: Projeto de Lei do Executivo Municipal Nº 065/2021, que altera o Art. 3º, da Lei Municipal Nº 1.288, de 25 de novembro de 2010. Projeto de Lei do Executivo Municipal Nº 066/2021, através do qual fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares e especiais no orçamento em vigor e dá outras providências. Pedido de Providências nº 062/2021, de autoria do Vereador Wanderlei Luiz Behling. Na sequência o Sr. Presidente passou ao **GRANDE EXPEDIENTE: VEREADOR WANDERLEI LUIZ BEHLING**: Sr. Presidente, em seu nome eu cumprimento a todos e também uma saudação aos funcionários públicos presentes aqui e a todos que estão nos assistindo através das redes sociais. Quero iniciar minha fala dizendo do meu pedido de providências 062/2021, no qual estou solicitando mais uma lâmpada de iluminação pública na Linha Cristo Rei, de extrema necessidade, a ser instalada, assim como solicitamos na semana passada na Picada São Paulo, o Vereador Daniel também e outros já solicitaram. É extremamente necessário que seja efetuada a compra de pelo menos mais umas cento e cinquenta lâmpadas. Tem muitos locais onde ainda não temos iluminação pública e outros em que ainda precisa ser substituído. Então acreditamos que isso possa ser atendido e todo cidadão morroreutense ser tratado de igual para igual. Solicitei hoje, devido ao Projeto 065/2021 estar na comissão de pareceres, não irá para votação hoje, eu tenho algumas dúvidas quanto a isso e solicitei já à nossa assessora jurídica para solicitar um parecer jurídico da DPM e um parecer jurídico da Uvergs. Por que dos dois? Porque muitos pareceres jurídicos vem de acordo com o Executivo e a Uvergs muitas vezes vem com parecer um pouco diferente. Então vamos solicitar os dois pareceres e ali a gente vai ter a real situação da inconstitucionalidade ou não. No meu entender não, mas isso quem vai dizer vai ser o jurídico. E acredito que este ano, no início do ano teve a mesma polêmica, muitos queriam, muitos municípios e Morro Reuter não foi diferente, muito se comentava da Lei 173, onde eu já comento e muitas vezes, inúmeras vezes é usado como desculpa a Lei 173 para determinados assuntos, mas ela não é usada para todos assuntos. Então se é para um é para todos a Lei 173. E como não tem esse vínculo na questão vale-alimentação, eu acredito que com os pareceres jurídicos dando possibilidade da reprovação desse projeto, fica tudo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
MORRO REUTER - RS

como está e como já a anos vem sendo tratado. E toda e qualquer situação de um órgão público tem um indexador e eu não vejo porque de uma situação dessas não ter indexador, como IGPM ou qualquer outro que seja. Então não acredito que isso seja inconstitucional. E também não vejo mais desculpas para usar a Lei 173, porque no início do ano foi a mesma situação, fevereiro ou março, não me recordo exatamente o ano, foi pago retroativo e parcelado ainda, inclusive, em duas vezes. Nosso colega e funcionário Lauri sabe dessa situação, então não há problemas algum nesse projeto, na minha visão é essa. Eu acredito que com os pareceres jurídicos sendo entregues a mim essa semana, a gente vai poder abrir o diálogo, não somente com o Executivo, mas com o funcionalismo e ver a melhor situação para o nosso município de Morro Reuter. Obrigado. **VEREADOR DANIEL THEISEN:** Sr. Presidente, nobres colegas vereadores, comunidade que nos acompanha pelas redes sociais, funcionalismo público que nos acompanha nesta noite meu muito obrigado pela participação de todos. Acho que é muito importante a gente estar conversando sobre todas as questões do futuro da nossa cidade, não somente quando se trata de algum índice, mas de ações gerais que impactam as vezes muito mais do que um reajuste, de um IGPM ou IPCA. E Vereador Wanderlei eu acho que existe sim uma disparidade de índices na lei, quando se trata de uma lei de vinte e cinco de novembro de dois mil e dez, aonde se começa, vamos dizer assim, o equívoco na questão do índice escolhido para o reajuste. Que o IGPM é o índice geral de preços ao mercado, aonde, na verdade, isso é um movimento, como bem dito aqui na exposição de motivos, que tem sido feito a nível de estado, de todas as prefeituras, de buscarem os reajustes ao índice nacional de preços ao consumidor, porque como estávamos comentando antes, quando a gente vai fazer uma compra, a gente com o CPF é impactado pelo índice ao consumidor e não sobre o índice geral do mercado. Nós tivemos uma surpresa, que o IGPM no último ano deu um salto na casa de vinte e poucos por cento. Isso é uma anomalia perto do mercado, devido a outras questões monetárias, inflações e políticas do risco Brasil, que hoje o Brasil simplesmente quando se fala de índice, quando se fala de investimento, quando se fala de dinheiro, o nosso dinheiro não vale mais nada. A gente pode fazer uma análise para essa lei que foi feita lá em vinte e cinco de novembro de dois mil e dez, aonde se trazia o IGPM, inclusive no ano passado, Presidente, nós tivemos um relato e um fato dentro da nossa casa legislativa, aonde tivemos índices negativos. E os vereadores aqui também vão lembrar, que estiveram no outro mandato, índices negativos e a prefeitura teve que dar um índice positivo porque como é que tu vai retirar algo do funcionalismo, não existe como. Então tu tem que ter pelo menos um índice, fazer essa troca para um índice que fica no positivo, e aí se considera um aumento. E dentro da explicação dessa lei eu enxergo dois cenários. Nós temos o cenário de que os órgãos públicos, como nós também pessoas físicas, recebemos aumento em todas as linhas, consumo de combustível, material de consumo mesmo para a secretaria de obras, como nós aprovamos aqui quase toda segunda-feira, produtos médicos que sofreram inflações a mais de trinta, quarenta por cento. Nesse contraponto o que faz um gestor público? O que o gestor



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
MORRO REUTER - RS

público faz? Nada mais do que nós fazemos na nossa casa, que é buscar reduzir custos. Esse é o entendimento de todos, primeiro cenário. E o segundo cenário e como já havia explicado até para algum questionamento que recebi, o segundo cenário é que todo mundo que tem um CPF no Brasil, se não recebeu mais de vinte por cento de aumento no último ano, ele não recebeu aumento, porque a inflação comeu o salário dele, de fato é isso. E os nobres colegas que estão aqui nessa casa, quando se teve a discussão do vale refeição, e eu não quero que levem como crítica, mas sim como uma sugestão de brigar pelo que mais impacta no salário de vocês, que é o salário gente. Vocês não tem que estar brigando por um índice que vai dar diferença de dois, três pila no salário de vocês, que é o vale alimentação, que depois não conta nem para a aposentadoria de vocês. Eu acho que a briga está totalmente contrária, porque assim, nós já falamos sobre reajuste de salário nessa casa, e em geral, porque é inadmissível motorista hoje, de um serviço público, estar ganhando mil e setecentos, mil e oitocentos reais. Nós temos motoristas de caminhão na área pública que chegam a ganhar dois, três mil reais. Nós temos aqui professores, que são responsáveis pela educação dos nossos filhos, ganhando valores irrisórios perto da profissão e da responsabilidade que tem. E são classes que merecem reajuste salarial. O povo brasileiro está brigando por centavos e não é isso, nós não podemos brigar por centavos. O trabalho de vocês vale muito mais do que isso. Vocês tem que brigar por reajuste salarial, que vai impactar ao longo do período de vocês, da vida de vocês. Mudar um índice gente? Ano que vem vamos lá, IGPM pode ser negativo. Aí a gente mantém aqui, vamos fazer uma força aqui para manter o IGPM, e podem buscar, se vocês derem um google agora vocês vão buscar índices da última década do IGPM, tem índice IGPM negativo. Então pensem como gestores de suas casas, mas também do município, o que se faz como gestor? Busca-se reduzir custos. Fato, é isso, como gestor tem que fazer isso, fazer mais com menos. Segundo cenário, como comentei antes. Nós temos o contraponto do CPF que está atrás de um funcionário público, que sofre um inflação gigantesca a nível Brasil, onde o seu salário é consumido por índices absurdos e essa máquina, infelizmente, não é um município como Morro Reuter que vai conseguir mudar a nível nacional. Volto a dizer, a briga do funcionalismo do Morro Reuter, não somente da classe operária da secretaria de obras, mas também da classe da saúde, da classe dos professores é reajuste salarial. Vocês merecem muito mais do que um índicezinho de um IGPM ou um IPCA, como nós aqui dentro também merecemos. E a gente é muito criticado e eu falei isso para vocês ali fora antes, no Morro Reuter quando se fala de um reajuste de salário. E eu digo a nível de Prefeito, a nível de vereador, a nível de funcionário público. Quando se fala em aumento, todo mundo diz, meu Deus, ele vai aumentar os gastos do município, não pode aumentar. Vamos lá, eu escutei uma frase antes de um funcionário público. Mas estudar todo mundo estuda. E não vão achar que vereador não estuda. Falo por mim que fiz gestão pública para estar aqui. E quando a gente se depara com os salários defasados a nível municipal, que se nós der cinco quilômetros para baixo todo funcionalismo público ganha mais, se nós dermos cinco quilômetros para cima, todo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
MORRO REUTER - RS

mundo ganha mais. Mas por que? Porque foi brigado pelo que deve ser brigado, que é um reajuste de salário. Eu gostaria que a classe entendesse que não é um índice que vai mudar o salário de vocês. Vai tirar talvez um ou dois reais, mas isso lá no final conta bem pouquinho, lá no frigar dos ovos, porque vocês vão ter uma vida pública longa ainda, se Deus quiser. Então tem que ser brigado pelo reajuste salarial que vem sendo comentado nessa casa e muitas vezes não vem sendo atendido porque a gente sabe como é difícil estar sentado do outro lado da mesa. Quando se é gestor, para o público, para os munícipes o melhor é fazer mais com menos. E quando a gente está na outra ponta e tem que pagar água e luz e comida dentro de casa, a gente tem que ganhar mais. Então a gente tem que buscar uma balança, um equilíbrio, para que ninguém saia perdendo e ninguém saia ganhando. Obrigado. Não tendo mais ninguém inscrito no grande expediente, o Sr. Presidente passou a **ORDEM DO DIA**, informando que voltou da comissão de pareceres o Projeto de Lei nº 066/2021 com parecer favorável de todos os membros da mesma, colocando-o em discussão. Ninguém querendo discuti-lo, colocou este em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Após informou que o Projeto de Lei 065/2021 permaneceu na comissão de pareceres, passando em seguida para o espaço das **EXPLICAÇÕES PESSOAIS: VEREADOR WANDERLEI LUIZ BEHLING**: Sr. Presidente, em seu nome cumprimento a todos. Sobre a questão do vale eu tenho uma outra reivindicação antiga de muitos funcionários e eu acho justo o Executivo tratar isso com bons olhos, porque hoje a questão do vale refeição se resume a três dias de atestado médico, afastamento do trabalho. No momento que qualquer funcionário público de Morro Reuter fica com três dias de atestado e uma hora ou três dias e meio, que seja, com um machucado ou qualquer outra situação, ele perde o mês inteiro. Então o que a categoria já pleiteia por muito tempo? Que isso seja pago, seja dividido por dia trabalhado. O funcionário trabalhou recebeu, não trabalhou não recebeu. Esse é o correto, esse é o justo. E nessa situação nós temos que lutar. E quando a gente diz lutar, eu sou completamente contra, falei isso hoje de tarde ainda para a Prefeita, acredito que eu sou o vereador que mais fala nisso e briga por isso, e vou continuar brigando, sou contrário à aumento do funcionalismo público em cem por cento. Nós hoje temos uma defasagem de dez, doze, quinze anos já na questão de reclassificação. Hoje nós temos funcionários ganhando mil trezentos e poucos, que são os serviços gerais, as merendeiras e outros com salário muito alto. Então qual é a solução para Morro Reuter? É diluir essa questão, diminuir essa grande diferença que tem hoje nos salários, fazendo uma reclassificação de padrão. É isso que precisa ser feito, é por isso que o funcionalismo precisa brigar para ter um pouco mais de igualdade nessas questões. Quando se fala em igualdade, eu falei hoje de tarde mais uma vez, é difícil, mas as pessoas tem que compreender essas situações. Nós tivemos esse ano atípico, o ano passado, na questão da pandemia, eu acredito que todo funcionalismo público, seja ele estadual, federal ou municipal, ele deve ser tratado de igual para igual, desde o mais alto escalão até o mais baixo, mas isso muitas vezes na prática não acontece. O que aconteceu agora em Morro Reuter? Eu fico triste com isso. Nós tivemos

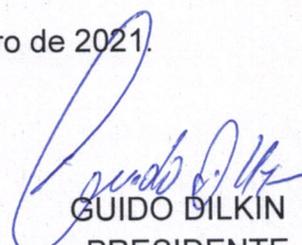


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
MORRO REUTER - RS

setores no município, onde na questão da pandemia mais forte, que não é o momento agora, mas nós fechamos escolas, nós paramos o trabalho na secretaria de obras, foi dado férias, outros setores foram fechados, e nós tivemos ambientes com cinco, seis funcionários trabalhando dentro deste ambiente, onde se revezavam, hoje trabalham dois, amanhã vem os outros dois, e assim iam se revezando. E é o mesmo caso das nossas serventes de escolas, merendeiras. Elas também foram obrigadas a ficar em casa, assim como os professores, que dizem que trabalharam on-line. Lógico, a gente sabe que o trabalho no início não foi dia a dia, dos setores, porque eu acompanhei parentes meus que a cada catorze dias vinha um fechinho de quatro, cinco folhas para as crianças fazerem, e entregar e quinze dias depois recebia outro. Então isso é um trabalho difícil também, mas não demanda tanto tempo, e as merendeiras, infelizmente, tiveram que, assim como eu acho correto, recuperar esse tempo que estavam em casa, mas outros setores não. Por isso que eu digo, tem que ser tratado de igual para igual, os que tiveram as folgas na época da pandemia precisam recuperar, independente de setor, independente do funcionalismo que seja, temos que tratar todos de igual para igual. Obrigado. Nenhum vereador mais querendo fazer uso da palavra no espaço de explicações pessoais, o Sr. Presidente passou ao **ESPAÇO DE LÍDER**, em cujo espaço nenhum vereador fez uso da palavra. Não tendo mais nada a tratar e nenhuma consideração a fazer, o **Sr. Presidente** encerrou a presente sessão e convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a se realizar no dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um, no horário regimental.

Sala das sessões, 08 de novembro de 2021.

  
DANIEL THEISEN  
SECRETÁRIO

  
GUIDO DILKIN  
PRESIDENTE